

**AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 120/2011**  
ATA DA SESSÃO PÚBLICA EM PORTO ALEGRE – RS  
19 DE AGOSTO DE 2011

Aos dezenove dias do mês de agosto de 2011, às nove horas e trinta minutos, no Auditório do SEST/SENAT, situado na Avenida José Aloísio Filho, Humaitá, foi iniciada a sessão pública da Audiência Pública nº 120/2011, realizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme convocação do aviso publicado no Diário Oficial da União do dia nove de agosto de 2011, seção três, página cento e cinqüenta, e também, em jornais de grande circulação nacional e local. A Audiência Pública nº 120/2011 tem o objetivo de colher contribuições referentes ao Plano de Outorga dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros, operados por ônibus do tipo rodoviário, aprovado pelo Ministério dos Transportes em 2 de agosto de 2011.

Para composição da mesa da audiência, foram indicados os seguintes representantes: senhora Sonia Rodrigues Haddad, Superintendente dos Serviços de Transportes de Passageiros da ANTT e presidente da audiência; senhora Lílian Morais de Oliveira, secretária da audiência; senhora Francisca Margareth Feijó Ximenes, representante da Procuradoria-Geral da ANTT; senhor Leonardo Cavalcanti, representante da Ouvidoria da ANTT; e os senhores Alexandre Muñoz Lopes de Oliveira e Vanessa da Silva Santos, ambos representantes da Superintendência de Serviços de Transportes de Passageiros da ANTT.

Inicialmente, a presidente agradeceu a presença de todos, declarou aberto o ato e fez a leitura dos procedimentos da audiência pública, nos termos da Resolução/ANTT nº 3.026/09 e da Deliberação ANTT nº 148/11. Em seguida passou a palavra aos senhores Vanessa da Silva Santos e Alexandre Muñoz Lopes de Oliveira que fizeram, em linhas gerais, a apresentação dos estudos funcionais e de remuneração do Plano de Outorga. Na seqüência, a secretária da audiência fez uma breve explanação das manifestações recebidas previamente, por meio eletrônico, para a Audiência Pública nº 120/2011. Em seguida, houve intervalo para o recebimento de contribuições por escrito.

Após a retomada dos trabalhos, a presidente procedeu à leitura das contribuições escritas recebidas durante o intervalo.

As contribuições escritas tiveram o seguinte teor: o senhor **José Alves do Couto Filho**, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres - CNTTT, manifestou preocupação com o impacto da licitação nas condições de trabalho dos empregados do setor, nas qualificações profissionais e nas garantias de emprego, bem como salientou reuniões específicas que ocorreram entre o setor e a ANTT. O senhor **Moisés Santos**, da Helias Coletivas e Cargas Ltda, questiona se o Plano de Outorga se preocupou com o investimento das empresas que atualmente exploram a permissão, como, por exemplo, emprego; passivos trabalhista, bancário e de investimento. Questiona, por fim, como será a participação das pequenas empresas na disputa de linhas mais rentáveis.

As manifestações escritas recebidas durante o intervalo foram comentadas pela senhora presidente Sonia Rodrigues Haddad. Em seguida, passou-se para a fase de pronunciamento oral, conforme abaixo relatado.

SBN. Quadra 2 – Bloco C – Brasília-DF – 70040-020 – fone: (61) 3410.1000 / 1001

[www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br)

O senhor **Wilson Pereira dos Santos**, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Ônibus de São Paulo, questiona acerca da qualificação dos trabalhadores. Há que se considerar que o operador de ônibus tenha experiência vinculada à qualificação de treinamento. Assim, sugere que a ANTT apresente proposta de custo para as empresas treinarem seus funcionários, o que implica, talvez, em mais um coeficiente que compõe a tarifa. O senhor **José Dalvemir de Araújo**, do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Guarulhos, expõe preocupação acerca da demissão em massa dos trabalhadores do setor, afirmando que haverá, inclusive, impacto direto na sociedade. Afirma que apesar de ocorrer milhares de acidentes nas estradas o governo não se preocupa em reduzir os números das estatísticas. Não se sabe se o acidente é provocado pela má conservação das estradas, pela má sinalização ou se por mão de obra deficiente. Questiona que o que se discute é o preço da tarifa, enquanto deveria ser levado em consideração também a qualidade do serviço, a segurança, a mão de obra. Levanta ainda o que seria a qualidade do serviço: qualidade do ônibus, conforto do banco, manutenção, mão de obra. Solicita, por fim, que seja exposto o que seria a segurança e quais seus aspectos. O senhor **José Alves do Couto Filho**, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres - CNTTT, afirma que não há nenhum item que trate especificamente do trabalhador e propõe a discussão acerca da mão de obra. Questiona também o fato de exigir-se ônibus com sanitário, uma vez que dificilmente opera-se com veículo sem ar-condicionado. Assim, relata ser difícil competir com o avião. Demonstra preocupação com demissão em massa, já que hoje há pouco mais de doze mil ônibus e afirma que haverá diminuição na frota. Preocupa-se com os trabalhadores enfermos e os que estão às vésperas de aposentadoria. Solicita que o assunto seja amplamente discutido. Para tanto, aponta a necessidade de que sejam marcadas mais sessões públicas. O senhor **Paulo Roberto Petersen**, da Planalto Transporte Ltda, afirma que a questão da frota pesa na composição do custo da empresa e, conseqüentemente, no custo tarifário. Expõe que hoje, a cada quatrocentos quilômetros, deve-se ter um ponto de apoio bem como veículos em pontos terminais. Assim, questiona se continuará a haver tais obrigatoriedades. Sugere também que seja levada em consideração quanto ao esquema operacional a possibilidade de o veículo trafegar com velocidade média inferior a setenta e cinco quilômetros, não obrigando, assim, que o operar fique parado no próximo ponto além do necessário. O senhor **Darci Norte Rebelo**, da Santo Anjo da Guarda Ltda, solicita a realização de mais sessões públicas, dando, assim, publicidade ao Plano de Outorga e possibilitando a realização de ampla discussão. Questiona a diminuição de frota, redução do número de empresas e de mão de obra. Quanto à mão de obra, indaga de houve participação do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho nas discussões. Solicita que seja convocado um grupo de trabalho, as confederações sindicais de trabalhadores, as confederações de empregadores, o Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho para discutir o tema com mais profundidade. O senhor **Carlos Bernaud**, da Viação Ouro e Prata S/A, questiona acerca das linhas com extensão acima de dois mil e quinhentos quilômetros terem sido taxadas como inviáveis. Indaga como os passageiros dessas linhas serão transportados. Pergunta, por fim, qual critério utilizado para uma linha, hoje rentável, ser considerada inviável. O senhor **Darci Norte Rebelo**, da Empresa Santo Anjo da Guarda, afirma que na região sul do país os meses em que foram realizadas a pesquisa da FIPE, dezembro, janeiro, fevereiro, março e abril, são meses de grande demanda. Entretanto, tal demanda não se mantém no restante do ano. Assim, questiona se a projeção da frota deve ser alterada nos meses de menor demanda. Solicita que seja apresentado documento

complementar comparando o que há hoje no mercado e o que está sendo proposto, para que, assim, a empresa possa avaliar os reflexos na mão de obra, na frota e no atendimento aos usuários. O senhor **Fabiano Mani**, da Expresso São Luiz FETRINSP, afirma que todas as pesquisas apresentam divergências independentemente de períodos e épocas do ano. Assim, sugere que sejam realizados novos estudos, inclusive com novas instituições de pesquisa, para que possa, assim, haver análise comparativa dentro do processo. Solicita que seja feito esclarecimento técnico e detalhado acerca da viabilidade da operação sobreposição de linhas. Questiona como podem ser aplicadas diferentes tarifas para operações em diferentes empresas e, nesse sentido, como fica a concorrência em sessões que serão atendidas por empresas diversas. Quanto às condições dos veículos, salienta que todo o projeto foi feito com base em veículo convencional com sanitário. Entretanto, o mercado exige um veículo diferenciado, que tenha, no mínimo, ar-condicionado. Solicita, por fim, esclarecimentos acerca da viabilidade econômica do projeto dos grupos treze, quinze e dezessete. A senhora **Sonia Bartolucci**, da DAER, questiona se algumas linhas altamente rentáveis constarão em mais de um lote e como ficaria essa distribuição, uma vez que a licitação objetiva o serviço convencional. Indaga como se dará a transição dos serviços atuais para os próximos, se haverá alguma intervenção da ANTT nessa seara e se haverá algum dispositivo legal para absorção da mão de obra. O senhor **José Alves do Couto Filho**, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres - CNTTT, afirma que em reunião realizada no ano de dois mil e nove foi feita proposta para que o Ministério do Trabalho e o Ministério da Previdência fossem convocados para dar continuidade às discussões acerca dos trabalhadores. Assevera que não houve a convocação e reitera o pedido. A senhora **Lidiane de Oliveira**, da Empresa LopesTur, questiona como ficarão as empresas que hoje operam por medida judicial. O senhor **Eraldo Fernando Jorge**, da Empresa LopesTur, afirma que, conforme apresentado no projeto, as linhas com extensão acima de dois mil e quinhentos quilômetros não apresentam viabilidade técnica. Questiona se houve preocupação com os passageiros que se deslocam do sul do país até o norte ou nordeste.

As manifestações orais comentadas foram comentadas pela senhora presidente Sonia Rodrigues Haddad.

Não havendo mais contribuições, a presidente informou que a ata da sessão e o relatório da audiência serão, oportunamente, disponibilizados no endereço eletrônico da ANTT. Em seguida, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão.

Conforme art. 9º, §1º e §2º, da Resolução ANTT nº 3.026/2009, esta ata foi lavrada pela secretária e subscrita por ela e pela presidente da audiência.

Porto Alegre, 19 de agosto de 2011.

---

**Sonia Rodrigues Haddad**  
Presidente da AP nº 120/2011

---

**Lílian Morais de Oliveira**  
Secretária da AP nº 120/2011